

Alcântara pede campanhas contra cigarro e bebida

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) dirigiu apelo aos ministros da Saúde, Carlos César de Albuquerque, e da Educação, Paulo Renato Souza, para que sejam promovidas campanhas educativas contra o cigarro e o álcool, de modo a prevenir a ocorrência de vários tipos de câncer no Brasil. Ele disse que já no ano 2000 a incidência de câncer no País deverá superar o número de casos de doenças cardíacas e os de violência, incluindo os acidentes.

Alcântara também pediu a Paulo Renato que faça constar dos currículos escolares "matérias que esclareçam desde cedo às crianças as formas saudáveis de bem viver e, sobretudo, de prevenir doenças".

Segundo o senador, o mal do câncer se torna mais sério que o da Aids, porque, assinalou, enquanto essa imunodeficiência pode ser "100% prevenida", há dificuldade em se detectar precocemente a maior parte dos tipos de câncer. "Ter ou não ter a doença, na maioria dos casos, é questão de pura sorte", explicou.

O senador citou o consumo de álcool como grande aliado do câncer. "Mama, esfôlgo e boca são particularmente sensíveis ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas." Ele acrescentou ainda que o cigarro é a causa de 30% de todos os tipos de câncer. "Três em cada dez óbitos são debitados ao vício de fumar", frisou.

Alcântara disse que a escola e os meios de comunicação podem exercer um papel importante nas campanhas educativas.



A Rádio Senado FM, que atinge todo o ADF e mais 42 municípios situados na região do Entorno (Goiás e Minas), foi inaugurada ontem pelo presidente do Senado, José

Sarney, e pelo primeiro-secretário, senador Odacir Soares (foto). A rádio é um dos instrumentos destinados a permitir ao Senado maior interação com a sociedade. Página 5

Congresso aprova o Orçamento da União

Receitas e despesas totalizam R\$ 431 bilhões, dos quais R\$ 208 bilhões serão destinados à emissão de títulos para refinarciar dívida

O plenário do Congresso Nacional aprovou ontem à noite, em votação simbólica, o substitutivo da Comissão Mista de Orçamento ao projeto de lei do Executivo que fixa o Orçamento Geral da União para o exercício de 1997.

As receitas e despesas orçamentárias totalizam R\$ 431 bilhões, dos quais R\$ 208 bilhões serão destinados à emissão de títulos do Tesouro Nacional para refinarciar a dívida pública mobiliária federal. Do restante, R\$ 120 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 103 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, dos quais R\$ 9,4 bilhões refe-

rem-se a investimentos.

Por acordo entre as lideranças partidárias, dos 58 destaques para votação em separado, 57 foram retirados.

Conforme o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator-geral do Orçamento, os parlamentares apresentaram um total de 11.664 emendas à proposta do Executivo, que incidiram sobre cerca de R\$ 44,5 bilhões dos recursos orçamentários passíveis de remanejamento. Para ele, o Orçamento de 1997 foi o mais escasso em recursos.

Nas discussões de plenário, muitos congressistas registraram sua insatisfação com a

manutenção do contingenciamento dos recursos do Orçamento por parte do governo. Outra questão polêmica foi a alocação de R\$ 122 milhões para uma ponte rododiferroviária no estado de São Paulo. Vários parlamentares da bancada de Goiás observaram que a ponte será privatizada em dois anos e que o governo paulista se beneficiará com essa injeção de recursos federais.

Senadores prestam homenagens a Antônio Callado

Página 6

O Livro da Profecia é lançado no Senado

"Um repositório das idéias dos brasileiros sobre o século XXI" - assim o presidente do Senado, José Sarney, definiu *O Livro da Profecia*, no qual setenta intelectuais, políticos e personalidades representativas dos mais diversos setores da vida nacional - entre os quais Delfim Netto, Chico Anysio, Elio Gaspari, Joãozinho Trinta, Leonardo Boff, Lúcio Costa, Martha Suplicy, Paulo Freire, Pelé e Vicente Paulo da Silva (Vicentinho) - dão suas versões sobre como será o Brasil no terceiro milênio.

Lançado na tarde de ontem, o livro é o primeiro volume da "Coleção Senado", que, segundo Sarney, visa tornar-se "um plenário alternativo oferecido à comunidade", publicando

sempre títulos que favoreçam o surgimento de "um parlamento cada vez mais transparente, interativo e interligado à sociedade".

Sarney disse que sua expectativa é de que *O Livro da Profecia* venha a tornar-se, no futuro, valiosa fonte de informação histórica, da mesma forma que os *cahiers* - registros feitos pelos cidadãos durante a Revolução Francesa - permitiram depois recuperar os pensamentos e sentimentos da época.

O presidente do Senado agradeceu a contribuição dos autores e o trabalho dos organizadores, Joaquim Campelo Marques, Rosana Bitar e Pedro Braga dos Santos, que em apenas três meses conseguiram concluir a obra.

Ademir questiona gastos do Comunidade Solidária

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou ontem requerimento de informações, para ser encaminhado à coordenação do programa Comunidade Solidária no sentido de que esclareça "que tipos de recursos e outras ajudas" estariam sendo repassados ao estado do Pará e seus municípios nos últimos dois anos. O senador deseja saber quais os gastos efetuados pelo programa em 1995 e 1996 em todo o País e qual a sua distribuição em valores por unidade da Federação.

A exemplo da merenda es-



Ademir Andrade

colar, que está sendo adquirida no próprio município, Ademir Andrade afirmou que o programa Comunidade Solidária também poderia comprar as cestas básicas na mesma região em que são distribuídas às comunidades carentes. Esse critério, segundo o senador, contribuiria para movimentar a economia local.

Segundo o senador, a distribuição de cestas básicas no Pará estaria gerando informalismo generalizado e tal situação, a seu ver, pode ser em decorrência da falta de um critério mais transparente.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

11h - Participa da cerimônia de entrega de condecorações da Ordem do Congresso Nacional. *Plenário do Senado*
14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Projeto de Resolução nº 70/95, que autoriza os estados a contratarem operações de crédito previstas no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação dos "Ofícios "S" nº 114/96 (não terminativo), que encaminha solicitação da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro - LFTM-Rio, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997; e "S" nº 4/97 (não terminativo), que encaminha solicitação da prefeitura do município de São Paulo - SP, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo - LFTMSP, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997.

Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator das seguintes comissões:

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1554-11/97, que altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º e 7º da Lei nº 8.745/93, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*
10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1556-6/97, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária e dispõe sobre a privatização de instituições financeiras. *Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho*
10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer

sobre a MP nº 1558-3/97, que altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082/95, e do art. 35 da Lei nº 9.293/96, que dispõe, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 96 e 97. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1557-5/97, que concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais. *Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho*

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1555-6/97, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106 milhões, para os fins que especifica. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1465-11/97, que acrescenta parágrafo 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884/94 (Composição do Conselho - Mandato dos Conselheiros). *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1473-27/97, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1477-32/97, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares. *Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho*

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1475-23/97, que altera as Leis nºs 8.019/90 e 8.212/91. *Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho*

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1478-20/97, que dá nova redação aos arts. 9º da Lei nº 8.036/90, e 2º da Lei nº 8.844/94 (Débito - Dívida Ativa - FGTS). *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h - CPI dos Títulos Públicos

Pauta: Reunião de trabalho. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

ESPECIAL

11h - Cerimônia de condecorações da Ordem do Congresso Nacional. *Plenário do Senado*

Projeto sobre reforma agrária volta à CAE

Plenário aprova requerimento do senador Lúdio Coelho e proposição que torna mais ágil a desapropriação de terras será recolocada em debate por quinze dias



Odacir Soares

Odacir critica zoneamento para fins ecológicos

"O Programa de Zoneamento Econômico-Ecológico estabelecido pelo governo federal em 1990, com prioridade para a Amazônia Legal, é impreciso porque apresenta uma visão ambígua quanto à concepção de zoneamento." A afirmação foi feita pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), ampliando a discussão da MP nº 1511, que limita o corte de árvores na Amazônia.

Em sua opinião, esse programa criado em 1990 compreende zoneamento econômico-ecológico como zoneamento agrícola. Daí por que ele questiona: "Qual o futuro da Amazônia? A região deve ser a reserva ecológica do planeta ou uma fonte de riqueza? A preocupação com a qualidade ambiental significa oposição ou oportunidade ao crescimento econômico?"

Odacir afirmou que o zoneamento econômico-ecológico deve ser um instrumento para orientar o desenvolvimento em bases sustentáveis. E acrescentou que este é o caminho que está sendo seguido agora a partir de discussões coordenadas pela Secretaria de Assuntos Estratégicos e pelo Ministério do Meio Ambiente.

Ele destacou a extrema vulnerabilidade de Rondônia, frequentemente visto como predador da natureza. Mas garantiu que, ao lado de Mato Grosso, é um estado brasileiro com uma clara preocupação ambiental.

A requerimento do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), o plenário decidiu ontem remeter novamente à Comissão de Assuntos Econômicos projeto de lei do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) que torna mais ágil a desapropriação de terras para a reforma agrária.

A proposta estabelece que não serão levadas em consideração, por dois anos, melhorias nas fazendas realizadas depois que o Incra fizer levantamento da área. Com isso, os donos de terras improdutivas não poderão parcelar e vender pedaços da fazenda, e não serão ressarcidos pelos novos investimentos, destinados a torná-la produtiva.

Ao justificar seu requerimento, o senador Lúdio Coelho ponderou que o Congresso aprovou recentemente duas novas legislações sobre a reforma agrária (rito sumário e ITR elevado para grandes áreas improdutivas). Para ele, será mais prudente esperar a consequência prática das novas legislações antes de se fazer qualquer nova mudança na lei

da reforma agrária.

Os senadores Roberto Freire (PPS-PE) e Roberto Requião (PR) protestaram contra a proposta de reexame do projeto pela CAE e o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) sugeriu que a proposta seja recolocada em discussão na comissão apenas por 15 dias, voltando a seguir para votação em plenário. As lideranças dos partidos concordaram com o acerto proposto por Josaphat.

O senador Jäder Barbalho (PA), líder do PMDB, concordou com o reexame do projeto e manifestou apreensão com as notícias de que sem-terra vêm invadindo fazendas consideradas produtivas. Ademir Andrade (PA), líder do PSB, afirmou que grande parte dos proprietários de terra do Pará gostaria de vender suas fazendas para o Incra, que paga preços melhores que os do mercado. Geraldo Melo (PSDB-RN) alertou que o Brasil tem hoje cerca de 5 milhões de pequenos proprietários de terra e 2 milhões deles estão vendendo ou perdendo suas áreas para os bancos, por causa de financiamentos.



Jonas Pinheiro

Jonas discorda da proposta de Flaviano Melo

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) discordou ontem do projeto com que o senador Flaviano Melo (PMDB-AC) tenta alterar a Lei nº 8.629/93, que regulamenta a reforma agrária. Conforme Jonas Pinheiro, essa iniciativa pode transformar médias e até pequenas propriedades em grandes propriedades, visto que altera o cálculo para classificação do imóvel rural.

Ele explicou que, pela lei vigente, os imóveis rurais são classificados em pequena propriedade (até 4 módulos fiscais), média propriedade (de 4 a 15 módulos fiscais) e grande propriedade (maior que 15 módulos fiscais). E acrescentou que o cálculo do número de módulos fiscais dos imóveis é feito dividindo-se a área aproveitável do imóvel pelo módulo fiscal do município onde ele se encontra.

Pela proposta de Flaviano Melo, esse cálculo passaria a ser feito com a divisão da área total do imóvel pelo módulo fiscal do município. "Com essa alteração, haverá mudança de classificação dos imóveis rurais, sobretudo das médias propriedades", argumentou o senador. Ele disse que isso acontecerá seja no Norte ou no Sul do País.

Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disse que o projeto de Flaviano Melo merece exame mais cauteloso.

José Alves repudia invasão em fazendas produtivas

Ao defender uma reforma agrária, o senador José Alves (PFL-SE) lamentou ontem em discurso a invasão de fazendas produtivas pelos sem-terra e criticou "a falta de pulso das nossas autoridades" para impedir "o assalto, o esbulho, o desrespeito à propriedade e ao direito adquirido segundo as leis do País".

- Ser um sem-terra não dá a ninguém o direito de ser um sem-lei. Seria o caos social se a desobediência civil se instalasse como perspectiva de di-



José Alves

reito entre os diversos tipos de sem que existem entre nós, como os sem-terra, os sem-carro, os sem-dinheiro, os sem-fábricas, os sem-casa e tantos outros. Seria como aceitar o assalto à mão armada por parte dos sem-dinheiro - disse.

José Alves estranhou que o Ministério da Justiça não se pronuncie num momento em que há invasão de propriedades, criando um clima de insegurança entre fazendeiros.

Sanguinetti, Alfonsín e Itamar condecorados

O Grande Colar da Ordem do Congresso Nacional será entregue amanhã ao presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, e aos ex-presidentes Raul Alfonsín, da Argentina, e Itamar Franco, do Brasil. A solenidade está marcada para as 11h, no plenário do Senado Federal.

Na mesma cerimônia, serão agraciados também: no grau de Grande Oficial, o ex-ministro da Justiça, Saulo Ramos, o suplente de senador Pedro Piva e o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando César Mesquita; o diretor da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, no grau de Comendador; o advogado Luiz Carlos Bettiol, no grau de Oficial; e o senhor Vicente Juliano Bonnard, no grau de Cavaleiro.

A Ordem do Congresso Nacional foi criada em 1972, para condecorar brasileiros ou estrangeiros que se tenham tornado dignos do especial reconhecimento do Poder Legislativo do Brasil. Seu grão-mestre é o presidente do Senado, o chanceler é o presidente da Câmara, e integram o conselho os líderes e membros das Mesas das duas Casas do Congresso e os presidentes das Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

Emendas fazem efeito vinculante voltar à CCJ

Proposta de Ronaldo Cunha Lima será também debatida com ministros do STF, OAB e juristas, revela o relator Jefferson Peres

Depois de receber seis emendas em plenário, a proposta de mudança constitucional que estabelece o efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal para os demais tribunais e instâncias inferiores da Justiça retornará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As emendas procuram flexibilizar o efeito vinculante previsto na proposição do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

Transcorreu ontem o quinto e último dia de discussão da matéria, em primeiro turno. Após análise das emendas pela CCJ, a proposta será submetida a primeira votação no plenário da Casa.

- A cada mês chega quase um caminhão de processos para que os 11 ministros do STF decidam. A emenda vai desobstruir o Judiciário - previu o senador José Ignacio Ferreira (PSDB-ES). No entanto, José Ignacio sugeriu que se procurasse encontrar, durante o debate na CCJ, "um caminho mais racional", pois ele acha que deve caber ao próprio STF indicar quais de suas decisões podem ter efeito vinculante.

O senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, propôs em emenda que o efeito vinculan-



Ronaldo Cunha Lima



Jefferson Peres

te das decisões do STF para instâncias inferiores só seja aplicável nas matérias de ordem tributária e previdenciária, "desde que haja insegurança jurídica". Napoleão quer também que as decisões com efeito vinculante possam ser revistas, a pedido do Ministério Público da União e dos estados e pela Ordem dos Advogados do Brasil. "Assim, as decisões do STF não se tornam imutáveis", justificou.

Josaphat Marinho (PFL-BA) destacou que o STF recebeu desde dezembro último cerca de 10 mil processos e "esse problema tem de ser enfrentado com urgência". Josaphat lembrou que as súmulas do STF, que orientam os juízes de instâncias inferiores, só são formuladas depois de várias decisões sobre um mesmo assunto. Para ele, o Congresso

não deve colocar na Constituição a obrigatoriedade do efeito vinculante, mas sim autorizar o STF a definir que decisões têm de ser seguidas pelos outros tribunais e juízes.

Já o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), autor da emenda constitucional, sugeriu que uma decisão só poderá ter efeito vinculante quando aprovada no mínimo por 2/3 dos ministros do STF. Ronaldo esclareceu que, ao propor a emenda, quis resolver o problema de excesso de ações no STF, "que neste momento já chegam a 35 mil".

O relator do projeto, Jefferson Peres (PSDB-AM), informou que, por se tratar de assunto polêmico, vai promover debates no Congresso sobre a matéria, ouvindo ministros do STF, a Procuradoria da República, a OAB e juristas.

Marina participará de fórum mundial em Davos

A senadora Marina Silva (PT-AC) foi escolhida pela organização Global Leaders for Tomorrow como uma de suas líderes mundiais para o amanhã. A entidade realiza anualmente em Davos, na Suíça, um fórum que reúne políticos, cien-



Marina Silva

tistas, pensadores e executivos-chefes da organização. A informação é do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que leu ontem, no plenário do Senado, a carta-convide à senadora. O fórum deste ano será realizado entre os dias 3 e 5 de fevereiro.

Segundo o senador, Marina Silva foi escolhida por seu profundo envolvimento com as questões relativas ao meio ambiente e por sua defesa dos direitos de cidadania de modo geral, especialmente os dos seringueiros e trabalhadores rurais sem-terra. Para Suplicy, trata-se de um convite que honra o Senado.

Sarney inaugura a Rádio Senado FM

Emissora já divulga informações e música brasileira para o Distrito Federal e a região do Entorno, que se constitui de 42 municípios de Goiás e de Minas Gerais

A Rádio Senado FM, que atinge todo o Distrito Federal e a região do Entorno - 42 municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais -, foi inaugurada ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo primeiro-secretário, senador Odacir Soares.

Sarney afirmou, durante a cerimônia, que a nova emissora faz parte de um projeto que visa a permitir ao Parlamento uma interação maior com a sociedade. "Temos que legitimar nossos mandatos diariamente, através da fiscalização da sociedade", disse.

Ele assinalou que os poderes Executivo e Judiciário muitas vezes tomam decisões monocráticas, só depois levadas ao público. "Aqui, as decisões são à luz do dia, sob a pressão de grupos."

Conforme destacou, com a TV Senado, o *Jornal do Senado*, a Internet e a Rádio Senado FM, o povo pode acompanhar mais de perto o que ocorre na Casa. Ele informou que o Senado já recebeu, por telefone, mais de 2 mil mensagens, dentro do Projeto "Voz do Cidadão", que recolhe opiniões e sugestões da população sobre a atuação dos senadores.

Sarney referiu-se ainda à reforma administrativa da Casa, e, especialmente, à criação do Instituto Legislativo Brasileiro, agradeceu a todos os senadores pelo apoio e confiança, e aos funcionários, destacando que o Senado dispõe "dos melhores recursos humanos,

iguais aos que o País tem em setores de excelência". Agradeceu ainda aos que estão envolvidos no projeto de Comunicação Social, e particularmente ao diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando César Mesquita, e ao diretor da Rádio Senado FM, Silvio Haugen Soares.

Já o senador Odacir Soares relacionou as principais ações

da atual gestão do Senado, como a implantação da TV Senado, a criação do *Jornal do Senado*, a impressão diária e atualizada do *Diário do Senado*, a renovação dos equipamentos do Prodases e do Centro Gráfico, o lançamento de livros sobre a história política,

o incremento da participação do Senado em feiras de livros nacionais e internacionais, e a elaboração de um CD-ROM sobre a legislação, de um calendário de compras e de minutos de editais.

Odacir manifestou a certeza de que a emissora será um sucesso. Por sua vez, Fernando César Mesquita agradeceu a todos os que permitiram que a rádio, num tempo recorde, se tornasse realidade. E disse que a emissora será um instrumento da democracia e da verdade.

A Rádio Senado, sintonizada em 91,7, transmitirá informação e música brasileira 24 horas por dia, e poderá ter sua programação retransmitida via sistema Radiosat, da Embratel, por qualquer estação de rádio do País.

**Programação
pode ser
retransmitida via
Radiosat por
qualquer estação**



Serviço de Transportes ganha instalações

Com a presença do primeiro-secretário da Casa, senador Odacir Soares (PFL-RO), do diretor-geral, Agacieli da Silva Maia, e de diversos diretores (foto), foram inauguradas ontem as novas instalações da garagem do Serviço de Transportes do Senado (Setran).

Odacir Soares destacou a "transparência e a austeridade" em todas as obras da atual Mesa Diretora. "Em dois anos, as obras foram sempre realizadas com preços abaixo dos fixados pela Fundação Getúlio Vargas", disse o senador, que aproveitou para informar que o proces-

so de licitação para a reforma do prédio do Anexo I da Casa já se encontra em andamento.

Agacieli da Silva Maia esclareceu que passaram por reformas nas instalações do Setran as salas do prédio da administração, dos banheiros coletivos, das casas de máquinas de lavar veículos, da sala dos motoristas do Anexo II, além do telhado do galpão da oficina.

Essas obras têm como objetivo melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida dos funcionários da Casa - observou o diretor-geral do Senado.

Homenagem aos servidores do parque gráfico

A importância da existência de um parque gráfico à disposição do Congresso, para assegurar a autonomia do Poder Legislativo, foi ressaltada pelo presidente do Senado, José Sarney, durante a visita que fez ontem à Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, para conhecer equipamentos adquiridos durante sua gestão.

Sarney lembrou que na gráfica são impressos os *Diários do Congresso*, do *Senado* e da *Câmara dos Deputados*, além dos avulsos de todas as propostas apreciadas em plenário e nas comissões de ambas as Casas do Legislativo. Ele agradeceu o trabalho dos funcionários e sua cooperação com o esforço de modernização, bem como o "desempenho extraordinário" do diretor Claudionor Moura.

Távola lamenta morte de Antônio Callado

"Grandes escritores levam com eles a marca do seu tempo, a fotografia psicológica de comportamentos, os sentimentos de uma época e incontáveis situações de enorme significado"

"Callado parte levando o amor de muita gente", disse ontem o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), ao manifestar sua tristeza pela morte do escritor e jornalista fluminense. Conforme o senador, "não é só o Brasil que perde Callado, mas também o Rio de Janeiro, que perde um de seus filhos mais queridos, a cidade de Niterói, onde ele nasceu, e a Academia Brasileira de Letras".

Para Távola, há duas categorias de seres humanos cujas mortes significam uma situação de mortandade - os atores e os escritores. Quando morrem, explicou, levam com eles inúmeros personagens e situações



Artur da Távola

de vida. O senador disse que grandes escritores, como Antônio Callado, levam com eles a marca do seu tempo, a fotografia psicológica de comportamentos, os sentimentos de uma época e incontáveis situações de enorme significado.

- Callado tem uma traje-

tória límpida, de dedicação permanente à literatura. Viu todas as alternativas, no labor solitário, penoso e braçal do escritor, dedicando horas de sono à criação de uma obra maiúscula para a literatura brasileira - afirmou.

Artur da Távola também lembrou que o escritor insurgiu-se contra o arbítrio e a falta de liberdade política, durante o regime militar, acrescentando que Callado foi um batalhador social, que teve uma vida realizada em plenitude, dentro dos ideais que acalentou. "Foi uma vida realizada, que seguiu suas vocações e, dentro disso, criou e realizou", enfatizou.

Para Sarney, uma glória das letras

"O Brasil perde hoje um escritor excepcional, mais que isso, um homem que colocou sua pena de grande jornalista a serviço do Brasil." A afirmação foi feita ontem, em plenário, pelo presidente do Senado, José Sarney, ao lastimar a morte de Antônio Callado.

Em nome da Casa, Sarney expressou o que, em sua opinião, é o sentimento de todo o povo brasileiro diante da perda de "uma das glórias" das letras nacionais. "A literatura perde uma das maiores expressões do nosso tempo", disse o presidente do Senado, discordando de Artur da Távola, quando este disse que, ao morrerem, os escritores levam sua ficção.

- Não acredito que a morte de um escritor significa a morte dos seus personagens. Ao contrário, acredito que eles se tornam mais eternos, sobrevivem no tempo. Os grandes romancistas eternizam fatos, pessoas, momentos, e se tornam indelévels - acentuou.

Conforme Sarney, ao criar, o artista está contribuindo para a obra de Deus, que deixou o mundo incompleto para que os homens pudessem aperfeiçoá-lo. Ele lembrou que foi um dos que contribuíram para o ingresso de Callado na Academia Brasileira de Letras, lembrando com saudade da convivência que ali tiveram.

Benedita: "Um ser humano magnífico"

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) registrou ontem seu pesar pelo falecimento do jornalista e escritor Antônio Callado, que, a seu ver, "era um ser humano magnífico e defensor da democracia e da paz".

- Como uma dádiva, que só os corações generosos podem ofertar, nos deixa uma obra ímpar, cuja expressão extrapola os limites do imaginário, das fronteiras do País. Morre Antônio Callado, mas permanece a obra do escritor, um legado de esperança e força às nossas mentes e corações - disse.

Depois de destacar a trajetória do jornalista e escritor pelos vários órgãos de imprensa do Brasil, Benedita da Silva lembrou a atuação de Callado como correspondente da BBC de Londres na Segunda Guerra

Mundial. Segundo a senadora, esse trabalho "permanecerá para sempre como um registro histórico".

- Tão bem-aventurado era o espírito desse jornalista-poeta, que foi ali, em meio aos bombardeios e aos horrores da guerra, que despertou para o fascínio do teatro, se desdobrando e se rendendo à arte dos palcos, que o acompanhou por toda a vida - assinalou Benedita da Silva.

Em apertes, os senadores



Benedita da Silva

Gilvam Borges (PMDB-AP) e Eduardo Suplicy (PT-SP) associaram-se às homenagens e enviaram votos de pesar aos familiares.

Senado aprova voto de pesar

O Senado aprovou ontem a inserção, nos Anais da Casa, de um voto de pesar pelo falecimento do jornalista e escritor Antônio Callado, e o envio de condolências à sua família.

Para o senador Júlio

Campos (PFL-MT), autor do requerimento aprovado, Callado é figura ímpar no jornalismo e na literatura brasileiros e sua morte representa uma séria perda para a cultura nacional.

Suassuna quer desvendar "custo Brasil"

Só o aprofundamento do debate, segundo o senador, poderá levar a soluções realmente eficazes, que preparem o Brasil para o futuro e em condições de independência

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que o Congresso Nacional deve discutir com o governo e com os setores diretamente envolvidos o chamado "custo Brasil", de modo a obter condições necessárias ao exame de medidas que possam ter reflexos na economia nacional.

Segundo afirmou, as questões relativas ao "custo Brasil" são tão complexas que os parlamentares não podem "acatar como certas" as posições defendidas mesmo por alguém "que detenha vasta gama de conhecimentos sobre a matéria ou esteja investido de gran-



Ney Suassuna

de autoridade ou capacidade de decisão".

Ney Suassuna entende que só o aprofundamento do debate poderá levar a soluções "realmente eficazes", que preparem o Brasil para o futuro e em condições de independência aos interesses exter-

nos. Ele define o "custo Brasil" como obstáculos que impedem os produtos e serviços brasileiros de alcançar mais qualidade e menor preço, tornando-se competitivos em relação a similares estrangeiros.

Conforme o senador, apesar de haver quase uma unanimidade quanto à existência desse custo, não existe consenso quanto ao seu tamanho, "já que é decorrente de disfunções em vários setores". Essas disfunções, a seu ver, atingem áreas relativas aos tributos, aos transportes, à comunicação, à regulamentação (que considera excessiva), à educação e à

saúde, além dos encargos trabalhistas e sociais a que estão sujeitas as empresas.

- Quando uma empresa do porte de uma Metal Leve precisa ser vendida para não ser sufocada pela concorrência, alguma coisa deve estar errada. Ou será que é normal assistirmos o nosso empresário ser abocanhado como presa fácil pelo capital estrangeiro? - perguntou Suassuna, certo de que o custo Brasil "é responsável, também, pelas inúmeras concordatas e falências que acontecem dia a dia pelo Brasil afora".

Roraima ganha nova energia, comemora Jucá

Acordo internacional firmado entre Brasil e Venezuela permitirá que as usinas termelétricas de Roraima sejam aposentadas e que o estado afaste o fantasma do racionamento, comemorou ontem o senador Romero Jucá (PFL-RR).

Os dois governos assinaram o acordo ontem, às 12h, em cerimônia no Palácio do Planalto, informou o senador, acrescentando que numa primeira etapa a energia será transmitida de Gúri, na Venezuela, para

Boa Vista. O acordo estabelece os valores pactuados para a aquisição da energia e prevê também a construção de uma hidrelétrica, disse.

Romero Jucá cumprimentou o presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, o presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Ramos, e o chanceler Luís Felipe Lampreia



Romero Jucá

por terem resgatado um dos principais compromissos do então candidato FHC para a Amazônia ocidental.

Segundo o senador, além da importância específica para seu estado e toda a Amazônia, o acordo representa um fortalecimento da integração latino-americana, pois promove a realização de ações compartilhadas entre os dois países.

Marluce Pinto aplaude iniciativa de FHC

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) destacou ontem a assinatura do acordo entre os governos do Brasil e da Venezuela para fornecimento de energia elétrica pela empresa venezuelana Eletrificación del Caroní (Edelca) ao estado de Roraima.

- Bem de vital importância para a economia do estado, que ainda depende de obsoletas termelétricas, a solução para o definitivo fornecimento de energia elétrica para Roraima



Marluce Pinto

parece estar próxima - afirmou a senadora.

Marluce se disse convicta de que, agora, deverão ser agilizadas as medidas necessárias à implantação da linha de transmissão binacional

que, partindo da Venezuela, abastecerá Roraima de energia elétrica. Ela manifestou a expectativa de que "os trabalhos não encontrem barreiras burocráticas que provoquem atraso no cronograma de preparação de nosso estado para o advento do ingresso de nossos

vizinhos venezuelanos no Mercosul".

- Aplauda a iniciativa do presidente Fernando Henrique e deixo o meu apelo para que sua excelência mantenha pulso firme para a continuidade dos trabalhos - frisou a senadora.

Realizada no Palácio do Planalto, a cerimônia de assinatura do acordo contou com a presença de autoridades dos governos venezuelano e brasileiro, do governador de Roraima, Neudo Campos, do prefeito de Boa Vista, Ottomar Pinto, e de toda a bancada federal roraimense.

Tuma garante que contas estão sob controle

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) afirmou que a situação das contas externas brasileiras, "ao contrário do que vem sendo incessantemente divulgado", apresenta aspectos positivos e possibilita uma previsão otimista para o futuro. A seu ver, o aumento do déficit em transações correntes ocorrido em 1996 não deve ser motivo de preocupação.

Segundo o senador, esse entendimento se baseia em fatos reais como o contínuo aumento das reservas cambiais do País e a mudança, "para melhor", do perfil dos capitais que ingressaram no Brasil. Para ele, prova esse fato o aumento da entrada de capital para investimento direto na produção.

- O mercado mundial mostrou, em 1996, toda a confiança que deposita no Brasil. Captamos, em 1996, 2,8% dos investimentos externos diretos feitos em todo o mundo, quase o triplo do montante alcançado em 1995 - ressaltou Tuma.

Para Suplicy, agora é a vez do referendo

Segundo o senador, só a consulta popular poderá dirimir todas as dúvidas acerca dos métodos utilizados pelo governo para garantir a aprovação da emenda pela Câmara

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu ontem a realização de um referendo para legitimar a decisão de permitir a recandidatura do presidente da República à chefia do Executivo. Ele considerou que só a consulta popular poderá dirimir todas as dúvidas acerca dos métodos utilizados pelo governo para garantir a aprovação da emenda na Câmara dos Deputados.

Na opinião do senador, poucas vezes se presenciou o fato de um presidente e seus ministros fazerem diretamente articulações com diversos deputados federais a votarem a favor de uma proposta do governo.

Suplicy sugeriu também que



Eduardo Suplicy

os 25 senadores que deram seu apoio à proposta de referendo façam uma visita ao Presidente para saber de sua posição. Ele disse que, conforme o noticiário, alguns membros do governo estariam alegando que o referendo não seria interessante, pois permitiria que a oposição defendesse suas posições em cadeia nacional de rádio e televi-

são. Mas Suplicy afirmou que "o menos que se poderia esperar de Fernando Henrique Cardoso é que ele tivesse receio da prática democrática".

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) apoiou o referendo, mas disse esperar que "não haja sobre o eleitorado a mesma pressão que se exerceu sobre a Câmara dos Deputados, submetida a uma verdadeira operação Juízo Final". O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) também registrou seu apoio. O senador Roberto Freire (PPS-PE), que defende um referendo no próximo dia 21 de abril, observou que a democracia participativa não substitui, mas é importante complemento da democracia representativa.



Júlio Campos

Júlio Campos apóia iniciativa de universidade

O senador Júlio Campos (PFL-MT) sugeriu ontem que as universidades brasileiras sigam o exemplo da Universidade de Brasília, que anunciou nova habilitação oferecida pelo Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas - a preparação de professores de Português como segunda língua. Ele considera a iniciativa promissora por entender que o domínio do Português e do Espanhol será fundamental para o sucesso do Mercosul.

- Há um grande avanço na medida. As universidades brasileiras formam professores de Português para falantes de língua portuguesa. Convenhamos. Há uma grande distância entre ensinar Português para brasileiros e ensinar Português para falantes de Espanhol. Com um agravante: as duas línguas são muito parecidas - afirmou o senador.

Sebastião Rocha desmente intenção de sair do PDT

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse ontem ser impropriedade a informação divulgada pela imprensa de que ele estaria pretendendo trocar o PDT por outra sigla partidária. "Não há a menor procedência e nem é cogitável, de minha parte, qualquer intenção de mudar de partido", acrescentou.

Sebastião Rocha con-

tou ainda matéria publicada nesta quarta-feira pelo *Jornal do Brasil*, que, observou, o inclui entre os dissidentes do PDT para composição da futura Mesa do Senado Federal.

"Faço esse registro e esse esclarecimento para o bem da democracia e para o bem do trabalho que tenho desenvolvido dentro do PDT", disse.



Sebastião Rocha

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, JÚLIO CAMPOS, RENAN CALHEIROS, VALMIR CAMPELO E LEVY DIAS

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney - **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos - **1º Secretário:** Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros - **3º Secretário:** Levy Dias

4º Secretário: Emandes Amorim

Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares - Eduardo Suplicy - Emília Fernandes - Ney Suassuna

Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios

Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos

Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento

Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.